



ACÓRDÃO Nº106/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11591/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital Geral Dr.Geraldo da Rocha
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Ana Maria Belota de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3532/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Geral Dr.Geraldo da Rocha. Exercício de 2020.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas da Sra. Ana Maria Belota de Oliveira**, Gestora e Ordenadora da Despesa do **Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha**, exercício de **2020**, nos termos do art. 22, inciso III alínea "b" da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alínea "b" da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez verificado o pagamento de despesas indenizatórias (impropriedade 05 da DICAD).
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Ana Maria Belota de Oliveira no valor de R\$ 13.654,39**, nos termos do art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em face do descumprimento do art. 37, inciso XXI da CF c/c art. 2º da Lei nº 8.666/1993, bem como do art. 60 da Lei nº 4.320/1964 (impropriedades 03 e 05 da DICAD). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do



ACÓRDÃO Nº106/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência a Sra. Ana Maria Belota de Oliveira, acerca do julgado.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Fevereiro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral